



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ATA DE REUNIÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC/MAPA)

13ª Reunião Ordinária

ATA DE REUNIÃO

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê de Governança, Riscos e Controle

Ato de Criação: Portaria Mapa nº 202, de 17 de janeiro de 2019

Ato de designação: Membros NATOS (Art. 2º)

Periodicidade das reuniões ordinárias: trimestral (Art. 1º, Parágrafo único)

Sigla: CGRC

DADOS DA REUNIÃO

Data: 06 de julho de 2022

Horário: 15h

Local: Sala de reunião virtual - *Google Meet*

Tipo: () Presencial (x) Vídeo Conferência () Mista

PARTICIPANTES

Lista anexa

PAUTA DA REUNIÃO

1. Informes

1.1 10 passos para implantação do Comitê de Governança - Interlocutor: Bruno César Grossi de Souza - Secretário Especial de Relações Governamentais da Casa Civil.

1.2 Deliberações do Comitê Interministerial de Governança - CIG/PR sobre Consultas Públicas e AIR - Interlocutor: Cláudio Torquato da Silva.

1.3 Avaliação de políticas públicas no âmbito do MAPA - Interlocutor: Ricardo Dislich.

1.4 Informes do Núcleo de Gestão de Riscos e Controles (NGRC) - Interlocutor: Jefferson de Alcantara

REUNIÃO

Em 6 de julho de 2022, reuniram-se os membros (titulares e suplentes) do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC), bem como convidados e Secretários-Executivos ad-hoc do CGRC, conforme segue abaixo:

1 Informes

Foram prestados informes acerca dos seguintes temas:

1.1 Informe do Núcleo de Gestão de Riscos e Controles (NGRC) - Interlocutor: Jefferson de Alcantara e Silva. O Sr. Jefferson de Alcantara e Silva, representante do Núcleo de Gestão de Riscos e Controles - NGRC e Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional e Apoio à Gestão (CGDIG/DGG/SE/MAPA), primeiramente tratou sobre o Plano Setorial de Gestão de Riscos - PSGR Ciclo 2021, que foi encaminhado às unidades selecionadas. Acrescentou que, neste ciclo, foi realizado um projeto para cada Secretaria e que a novidade para este ano seria o acréscimo de 5 (cinco) unidades, passando de 8 (oito) unidades para 13 (treze). Relatou que, entre as áreas indicadas, destacam-se o Gabinete do Ministro (GM/MAPA) e 3 (três) Superintendências Federais de Agricultura (SFA), de forma experimental: Superintendência de Alagoas(SFA/AL), Superintendência de Goiás (SFA/GO) e Superintendência do Rio de Janeiro (SFA/RJ). Pontuou que, no ano de 2021, cada unidade apresentou o seu objeto de riscos, alinhados aos objetivos estratégicos do MAPA. O Sr. Jefferson também apresentou uma tabela com os resultados do PSGR, ciclo de 2021, da qual consta as unidades envolvidas, os objetos de riscos e a quantidade de riscos identificados para os respectivos objetos, o que demonstra a priorização dos riscos mais relevantes das áreas. Nesse viés, o Sr. Jefferson destacou o objeto de risco definido pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA), unidade que identificou a maior quantidade de riscos. Ademais, ele reforçou que todos os objetos de riscos do ciclo de 2021 encaminhados pelas unidades estão em período de monitoramento, que tem sido feito com o apoio da CGDIG, devido à baixa maturidade dos participantes, no que compete à Gestão de Riscos. Destacou a continuidade da implementação gradativa do Plano Setorial até chegar em todas as unidades do MAPA. Mencionou também que um novo processo, para a elaboração do PSGR do ciclo de 2022, foi encaminhado às áreas que tratam do assunto em cada unidade. Reiterou a necessidade de apoio de todos os gestores que participam do Comitê para que auxiliem os representantes das Unidades Gestoras de Riscos e Controles Internos - (UGRCI/MAPA), no intuito de aumentar os objetos de riscos e as áreas participantes. O Sr. Coordenador-Geral também relatou mais uma novidade para este ano, que é o mapeamento da cadeia de valor, que será experimentado em algumas unidades. Disse que a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP/MAPA) estará participando do mapeamento piloto e que o início dessas atividades está previsto para agosto de 2022. Detalhou que a ideia é trabalhar com o macroprocesso de Concessões de Registros e Certificações da Cadeia Produtiva Aquícola e Pesqueira e debater sobre os principais entraves que podem levar ao não atingimento de metas dentro desse macroprocesso. Por conseguinte, o Sr. Jefferson também mencionou que a atividade irá se concentrar em delimitar alguns objetos que impeçam a ocorrência do atingimento das metas no prazo estabelecido. Foi também mencionada a proposta para alterações dos normativos de Constituição do Comitê, e também, do Regimento Interno do CGRC, tais como: a mudança da nomenclatura do Comitê, que passa a ser Comitê Interno de Governança (Cigov) e a inclusão do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI/SE), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MAPA) e a Assessoria de Assuntos Estratégicos do Gabinete do Ministro (AEST/MAPA), como novos membro, além da inclusão de novas competências e regras de funcionamento do Comitê e a construção de novo Regimento Interno. Por fim, destacou que o processo com as propostas foi encaminhado pelo Departamento de Governança e Gestão (DGG/SE) à Secretaria Executiva (SE/MAPA) e que será avaliado pela Consultoria Jurídica (CONJUR/MAPA). Apontou também que as propostas posteriormente serão submetidas à apreciação de todos os membros do comitê antes de

serem efetivadas. O Presidente do colegiado, Sr. Márcio Eli Almeida Leandro (SE/MAPA), fez uma observação sobre a publicação da Carta de Governança, lançada no primeiro trimestre deste ano e que foi um marco para este Ministério.

1.2 Informe sobre os 10 passos para implantação do Comitê de Governança- Interlocutor: Bruno César Grossi de Souza.

O Sr. Bruno César, Secretário Especial de Relações Governamentais da Casa Civil, participou como convidado palestrante trazendo aos membros do colegiado palestra sobre boas práticas acerca do processo de implementação dos Comitês adotadas pela Casa Civil. Iniciou fazendo uma retrospectiva sobre o que foi feito antes do Decreto de Governança que instituiu o Comitê Interministerial. Falou que, anteriormente ao decreto, vigorava na Administração Pública a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 01/2016, que regulamenta as práticas de governança, gestão de riscos e controles internos. No entanto, destacou que houve pouca ênfase do IN na parte de governança. Não obstante, ele afirmou que a IN 01/2016 perdura até hoje e que muitos órgãos se baseiam nesse instrumento para a construção de sua estrutura de governança. Destacou que o colegiado interministerial é composto pela Casa Civil, pelo Ministério da Economia (ME) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), conta com reuniões trimestrais, sendo coordenado pelo Ministro da Casa Civil e pela Secretaria-Executiva (Serg/CC) da Casa Civil. Segundo ele, o colegiado traz informações gerais, de como os assuntos devem ser tratados pelos órgãos e também recomendações e orientações à implementação da Política de Governança. O Secretário informou que o importante foi a recomendação do ano de 2020 sobre o acompanhamento da internalização na Administração Pública dos princípios do Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017. Sinalizou que, a partir dessa orientação do CIG, passou-se a desenvolver um projeto de verificação da existência da operacionalização efetiva dos Comitês Internos dentro de cada órgão. O Secretário também explicou que os Comitês auxiliam a Administração Pública, no incentivo e na promoção de iniciativas de melhor governança. Nesse sentido, ele afirmou que foi realizado um diagnóstico de forma geral e foi verificado que naquele momento apenas 1 (um) Ministério não tinha a instituição de um Comitê (CMG). Porém, ele afirmou a constatação de alguns "descolamentos" nos comitês quando se analisa o Decreto nº 9.203 de 2017. O Secretário relatou a existência de algumas inobservâncias das competências legais como: registro em ata, periodicidade das reuniões e o foco na questão da Governança. Por isso, ele disse que após uma análise dos decretos que tratam da composição dos Comitês, são verificadas outras inconformidades, como verificação de quórum, estabelecimento de reuniões, etc. Logo, ele destacou que é preciso melhorar estes itens na Administração Direta, ressaltando que o levantamento foi realizado exclusivamente na Administração Direta. Acrescentou que na Administração Indireta está sendo desenvolvido este trabalho. O diagnóstico realizado na Administração Direta, mostrou que na maior parte (70%) ocorre a publicação das atas e divulgações das informações com uma ação de transparência ativa. No entanto, ele afirmou que $\frac{1}{3}$ (um terço) dessas atas que são divulgadas não têm acompanhamento, ou seja, a próxima reunião se inicia sem ser observado um conjunto de pendências da reunião anterior, por exemplo. Disse ainda sobre os 8 (oito) passos para a criação de um Comitê Interno de Governança (CMG) mais eficiente, cujo objetivo é orientar e fomentar a adoção de boas práticas de governança no seu funcionamento. Concluiu também que no MAPA seria preciso estabelecer as principais ações e prioridades do Ministério e colocar isto em ordem para o CMG acompanhar o que é mais urgente. Falou sobre a realização de uma interlocução mais efetiva com o Tribunal de Contas da União - TCU, na tentativa de uma aproximação. O Secretário reiterou que está sendo realizada uma confluência do Governo Federal com o TCU, na tentativa de uma aproximação com o Tribunal, cujo objetivo é fortalecer as ações do centro do governo. Por fim, destacou o estabelecimento de um sistema de alerta em relação aos temas mais críticos, medidas e situações recorrentes que o TCU indica como relevantes.

1.3 Informe do Controle Interno (AECI) - Interlocutor: Claudio Torquato da Silva.

O Sr. Cláudio Torquato da Silva, Assessor Especial de Controle Interno (AECI/MAPA), começou sua fala destacando o nome do Comitê de Governança do MAPA, com destaque para área de riscos e controle dentro dessa pauta em relação às pautas de transparência ativa e passiva e sua devida importância. O Sr. Cláudio

também disse que o Ministério está em contato com a área responsável pelo acompanhamento da transparência ativa. Falou que, na parte da transparência passiva, há um vínculo muito forte da Ouvidoria do MAPA com a Ouvidoria Geral da União, e também tem-se buscado cada vez mais excelência. Mencionou também a necessidade de melhoria em relação aos conselhos de usuários. Disse também que, já foi feita reunião com todas as áreas, exceto na SDA, por não ser possível ainda debater sobre o Conselho de Usuários. No entanto, segundo o Assessor, já estão sendo tomadas as devidas providências. O Sr. Cláudio também mencionou a atenção especial que é necessária em relação ao TCU e que o Ministério está trabalhando junto ao órgão de controle. Por fim, disse que será possível se afastar desse “passado que foi herdado em relação às recomendações nas contas do Presidente”, que ainda estão pendentes de tratamento, apesar do trabalho incessante do Ministério nessa causa.

1.4 Avaliação de Políticas Públicas no âmbito do MAPA - Interlocutor: Ricardo Dislich O Sr. Ricardo Dislich, Coordenador-Geral de Planejamento e Processos (CGPLAN/DGG/SE), iniciou sua fala dizendo que a ideia era trazer algumas reflexões sobre “Avaliação de Políticas Públicas” que é um tema bastante importante para a governança no sentido de se examinar mais de perto as políticas públicas que estão sendo executadas. Com relação à base normativa, ele destacou a Emenda Constitucional 109/2021, que incluiu na CF o Art. 37 § 16 e diz que os órgãos e entidades da Administração Pública devem realizar avaliação das políticas públicas com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados. Destacou que a própria lei do Plano Plurianual (PPA) (2020-2023) também traz uma menção sobre a análise das políticas públicas. Assim, o Sr. Ricardo explicou que a avaliação tem esse caráter de aprendizado da política pública no sentido de melhorá-la no futuro. Abordou sobre o Decreto de Gestão do Plano Plurianual, que também fala sobre avaliação, dizendo que a avaliação terá um manual: Guia Prático de Análise Ex Post. Disse também que o guia foi aprovado pelo Comitê Interministerial de Governança. Por conseguinte, disse que existem dois colegiados, o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) e o Comitê Interministerial de Governança (CIG), estabelecendo diretrizes sobre a avaliação de políticas públicas. Explicou que, o CMAP, todo ano, inicia a avaliação de determinadas políticas que são escolhidas usando alguns critérios: no que tange a Políticas de Subsídios, o MAPA possui participação na política de Biodiesel e na Política de Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra. Abordou também sobre a orientação metodológica de avaliação ex post de políticas públicas e acrescentou que esta foi executada. Disse ainda que o principal Guia a ser utilizado é o Guia Prático de Análise Ex Post - Avaliação de Políticas Públicas e pontuou que a avaliação ex post pode ser analisada sobre vários aspectos diferentes, pois a abordagem pode ser feita na análise de diagnóstico do problema ou feita pela avaliação de desenho, ou ainda pela avaliação de implementação. Mencionou ainda a possibilidade de realização de uma avaliação da governança da política pública e a possibilidade de avaliar também os resultados, como por exemplo, se os efeitos estão sendo alcançados, se a política está causando um efeito positivo na sociedade. Destacou ainda a avaliação econômica, onde se observa o quanto se usa de recurso em relação aos resultados alcançados pela política. Além disso, falou ainda sobre a análise de eficiência. Porém, segundo o Sr. Ricardo Dislich, a boa prática indica que se faça uma avaliação executiva primeiramente, pois esse método consiste numa avaliação mais rápida que aborda vários desses aspectos já citados ou todas as avaliações, porém de uma forma menos aprofundada. Ademais, falou que, dentro do MAPA, existe a experiência sobre a capacitação de realização de avaliações internas no âmbito do programa Transforma GOV, do Ministério da Economia, que buscou levar a todos os Ministérios diversas ações para melhorar sua governança e gestão. Exemplificou que, uma das ações no Transforma GOV em relação ao MAPA, foi a de firmar parcerias com vistas à avaliação de uma política pública ex post do MAPA. Assim, destacou que o Ministério firmou parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para desenvolver capacidade interna para realizar avaliação de política pública e a política escolhida foi o Cadastro Ambiental Rural (CAR), executado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MAPA). Mencionou a realização de 27 (vinte e sete) oficinas semanais com moderador e especialista em avaliação de políticas públicas para capacitar a equipe da Secretaria Executiva na realização de políticas públicas,

onde seria feita uma avaliação executiva voltada para análise de riscos e análise orçamentária. Destacou a presença de várias coordenações do Departamento de Governança e Gestão - DGG, da Secretaria-Executiva para a realização deste trabalho. Destacou também que agora está sendo trabalhado na CGPLAN o produto final, que consiste em um relatório de avaliação executiva. Disse que a consequência disso será a possibilidade de a Secretaria-Executiva fazer avaliação de outras políticas públicas do Ministério. O Sr. Coordenador, por fim, destacou que a proposta é que o Comitê Interno de Governança estipule a ordem de prioridade de avaliação dessas políticas e citou como exemplos, a política que mais se beneficiaria de uma avaliação, aquelas políticas que mais contribuem para o Plano Plurianual, política com mais número de beneficiários e políticas que se enquadram como sendo de “governança de solos não-urbanos”.

1.4 Considerações finais.

O Sr. Jefferson de Alcantara e Silva, Secretário-Executivo do Comitê, fez uma observação sobre a proposta de avaliação de políticas públicas dentro do MAPA, perguntando ao palestrante Ricardo como ele desejaria proceder com a sugestão feita ao final de sua apresentação. O Sr. Gustavo Pereira da Silva Filho, Diretor de Governança e Gestão (DGG/SE), acrescentou que o objetivo seria o estabelecimento de metodologias e definir quais políticas podem se beneficiar desse trabalho. O Sr. Francisco Basílio Freitas de Souza, Assessor do Ministro de Estado (AESP/GM/MAPA), disse que valeria a pena distribuir o material apresentado pelo Sr. Ricardo Dislich, e, posteriormente, fosse abordado com mais profundidade o assunto discutido, antes de darem os próximos passos, por ser um tema de extrema importância. O Sr. Ricardo Dislich, atendendo à solicitação dos membros, realizou a juntada de sua apresentação no Processo (22860427). Sr. Márcio Eli Almeida Leandro, Presidente do CGRC, ressaltou que a questão de avaliação é fundamental para a sobrevivência das políticas públicas no futuro, com relação à disposição orçamentária. Assim, o Sr. Márcio sugeriu que as áreas finalísticas proponham as ações que gostariam que fossem avaliadas. Por conseguinte, o Sr. Jefferson de Alcantara indicou abrir um processo pelo Comitê, onde seria colocada a apresentação do Sr. Ricardo Dislich e a solicitação sugerida pelo Sr. Márcio Eli Almeida Leandro. Sugeriu também que, logo depois de instruído o processo, este seria encaminhado a todas as unidades, para depois o comitê formalizar o assunto colocando-o em pauta para discussão e deliberação. O Sr. Cláudio Torquato sugeriu trazer em questão o tema da pauta passada: “estoque regulatório normativo ” e solicitou que este tema seja incorporado na próxima pauta da reunião, por ser importante para o Comitê que as unidades apresentem para a próxima reunião o tema “Avaliação de Resultado Regulatório (ARR)”, juntamente com a pauta apresentada pelo Sr. Ricardo Dislich. Por fim, o Sr. Jefferson sugeriu, também, que a próxima reunião seja realizada na última terça-feira de agosto.

ANEXO – LISTA DE PRESENTES

Membros Titulares

Márcio Eli Almeida Leandro (Secretário Executivo - SE/MAPA)

Juliana Felício dos Santos (Chefe de Gabinete do Ministro - GM/MAPA)

Francisco Basílio Freitas de Souza (Assessor do Ministro de Estado – AESP-GM/MAPA)

Cláudio Torquato da Silva (Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MAPA)

José Manoel Gomes (Diretor do Departamento de Administração – DA/SE/MAPA)

Gustavo Pereira da Silva Filho (Diretor do Departamento de Governança e Gestão – DGG/SE/MAPA)

Rosinalva Gomes Bo (Coordenadora-Geral de Apoio às Superintendências – – CGAS/GAB/SE/MAPA)

Guilherme Soria Bastos Filho (Secretário de Política Agrícola – SPA/MAPA)

Marcio Cândido Alves (Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF/MAPA)

Membros Suplentes

Mara Marlene Machado Papini (Secretária - Executiva Adjunta - SE/MAPA)

Márcio Rezende Evaristo Carlos (Secretário Adjunto - SDA/MAPA)

Ivan José Berardinelli (Diretor de Administração da Secretaria-Executiva - Substituto -DA/MAPA)

Larissa Oliveira Rego (Diretora do Departamento de Políticas Fundiárias - DPF/SEAF/MAPA)

Adriana Alda Meireles (Coordenadora da Coordenação de Gestão e Planejamento - CGP/SE/MAPA)

Convidados

Bruno César Grossi de Souza (Secretário Especial de Relações Governamentais - Casa Civil)

Ricardo Dislich (Coordenador-Geral de Planejamento e Processos - CGPLAN/DGG/SE/MAPA)

Maria Beatriz Santos Soares da Silva (Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais - DIAPI/SAP/MAPA)

Francielle Franciscatto Covatti (Chefe de Gabinete - SCRI/MAPA)

Renata Bueno Miranda (Chefe de Gabinete - SDI/MAPA)

Núcleo de Gestão, Riscos e Controles (NGRC)

Jefferson de Alcantara e Silva (Secretário-Executivo do CGRC, Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional e Apoio à Gestão – CGDIG/DGG/SE/MAPA)

Cláudio Torquato da Silva (Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI)

Secretaria do CGRC

Jefferson de Alcantara e Silva (Secretário-Executivo do CGRC, Coordenador-Geral de Gestão e Riscos – CGGR/DGG/SE/MAPA)

Ana Cristina Tomaz Batalha (Secretária-Executiva ad hoc do CGRC)

Helena Carvalho Frois (Secretária-Executiva ad hoc do CGRC)

Afonso Henrique de Sousa Felix (Secretário-Executivo ad hoc do CGRC)

Daniela Rozas Parreira (Secretário-Executivo ad hoc do CGRC)

Luana Carolina Basso (Secretária-Executiva ad hoc do CGRC)



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO BASILIO FREITAS DE SOUZA, Chefe Substituto da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos**, em 27/07/2022, às 08:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO, Diretor de Governança e Gestão**, em 27/07/2022, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com

eletrônica

fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARA MARLENE MACHADO PAPINI, Secretária Executiva - Adjunta**, em 27/07/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Eli Almeida Leandro, Secretário Executivo**, em 27/07/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO REZENDE EVARISTO CARLOS, Secretário Adjunto de Defesa Agropecuária**, em 27/07/2022, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Oliveira Rego, Secretária Adjunta-Substituta**, em 27/07/2022, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME SORIA BASTOS FILHO, Secretário de Política Agrícola**, em 27/07/2022, às 19:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO CANDIDO ALVES, Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo**, em 28/07/2022, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA FELICIO DOS SANTOS, Chefe de Gabinete do Ministro**, em 28/07/2022, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MANOEL GOMES, Diretor do Departamento de Administração**, em 29/07/2022, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ROSINALVA GOMES BO, Coordenador (a)**, em 02/08/2022, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO TORQUATO DA SILVA, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 08/08/2022, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 22987727 e o código CRC F85E18F3.